



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM JOINVILLE

Data: 27/11/2014

Horário: 14h30min

Local: Nove de Março 241 – Centro

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo:

- INSS/Gerência Executiva em Joinville/SC – Káthia Maria Moreira Braga – Presidente
- INSS/Gerência Executiva em Joinville/SC – Vera Lucia Batista dos Santos – Suplente
- INSS/Gerência Executiva em Joinville/SC- Serviço de Benefícios – Adriane Berti – Titular
- INSS/Gerência Executiva em Joinville/SC- Procuradoria Federal Especializada – Luciana Cazula de Oliveira Souza Cruz – Titular
- Governo Federal – Vera Luzia Aparecida Sene Dias – Representante da Delegacia da Receita Federal – Titular

Representantes dos aposentados e pensionistas:

Não houve representantes

Representantes dos Trabalhadores:

- Sindicato dos Trabalhadores dos Vestuários, Fiação, Tecelagem e Artefatos de Couro de Jaraguá do Sul e Região: José Pedro Soares – Titular.
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região: Evangelista dos Santos -Titular
- Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região: Jaqueline Duarte – Suplente

Representantes dos Empregadores:

- Não houve representantes

II-CONVIDADOS

– José Carlos Davet

III – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Realizada leitura da Ata da 58ª da reunião ordinária deste CPS, ocorridas em 25 de Setembro de 2014, aprovada sem restrições.

IV – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Aprovada a seguinte ordem nesta reunião:

- Apresentações
- Apresentação: Plano de Ação e Metas
- Pauta da próxima reunião
- Informes
- Encerramento

V – ABERTURA

Verificada a existência de quorum, a suplente da Presidente deste Conselho, Sra. Vera Lucia Batista dos Santos abre a reunião cumprimentando a todos(as). Na sequência fez-se a leitura e aprovação da ata de número 58, sem ressalvas. Em seguida passa a palavra para a Sra. Adriane Berti, a qual inicia sua fala justificando que não houve em outubro o deslocamento de servidores para o atendimento da ACP, conforme previsto e acordado com a Direção Central. Sendo que a chefia do atendimento da Gerência Executiva, Sra. Dayse, tem conseguido alguns servidores para apoiar a APS Joinville Centro, visto alta demanda para perícia administrativa. Adriane ressalta que o aumento da demanda da ACP tem se constituído num dificultador para as Agências, pois há dias em que ela ocupa toda a agenda. A procuradora Sra. Luciana pergunta se as demandas das APS Joinville Centro e Guanabara são iguais. Adriane explica que sim, inclusive nas demais APS da Gerência, sendo que Jaraguá do Sul que estava numa situação confortável, hoje está com 42 dias de espera. Além disso, a ACP não diminuiu a demanda em perícia médica, pois tem havido muitos Pedidos de Prorrogação. Logo, conclui a procuradora que se trata então de 02 perícias para um segurado referente a mesma situação. A Sra.

Káthia reforça que além do aumento da demanda da perícia médica, prejudica-se também as demais agendas, pois conforme citado a procura tem aumentado significativamente, implicando nos demais atendimentos, sobrecarregando o trabalho dos servidores. O Sr. Davet questiona a situação da perícia médica em São Francisco do Sul, sendo esclarecido por Adriane que lá não há médico perito lotado desde janeiro de 2014, sendo as demandas atendidas em Joinville, exceto as avaliações médicas do benefício assistencial, para as quais há deslocamento de peritos também de Joinville. Ressalta que no momento não há previsão de novo concurso para suprir a carência. Após esclarecimentos, Adriane e Dayse iniciam fala sobre o Plano de Ação e Metas, apresentando dados dos indicadores da Gerência Executiva. Dayse explica que o TMEA (Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado) é contado conforme as horas ofertadas pelo número de servidores e que foi criado o TMAA (Tempo Médio de Atendimento Ativo) que pára de contar quando a pessoa é atendida. Ressaltam que desde abril tem havido uma piora dos indicadores como um todo, muito em função da ACP. Mas, tem havido o esforço em nível de Gerência para se manter dentro do previsto. Já na perícia médica há também os dois indicadores (TMEA – PM e TMAA – PM). Adriane fala sobre as metas e índices de maneira mais detalhada, iniciando com o Índice de Resolutividade (IRES), que são os casos resolvidos no mesmo dia, está hoje em 54%. O Tempo Médio de Decisão (TMD), que mede desde a entrada do requerimento, está na média de 21 dias, porém os que dependem de perícia médica (processos de enquadramento) a média está um pouco maior. A Porcentagem de Processos em Análise acima de 45 dias (PRA 45), ou seja, processos esperando resolução, em sua maioria os processos de aposentadoria que precisam de perícia médica, está em 35%. A meta de Acordo Internacional não faz parte desta Gerência. O Tempo Médio de Tramitação de Processos Iniciado Recurso Administrativo (TMTR), referente a data de protocolo até a data de encaminhamento do processo, está em 37 dias, sendo a média ideal 30 dias. O Sr. Evangelista pergunta se há muitos casos de recurso? Adriane responde que é razoável e que com a implementação do E – recurso, hoje o pedido pode ser enviado para qualquer junta do Brasil, pois o sistema faz a distribuição. O Sr. Evangelista questiona se é um bom sistema e Adriane pondera que ele traz agilidade. O Tempo Médio de Tramitação Cumprimento da Decisão Recursal (TMTC), que mede o tempo em que o processo vai para junta e volta para a seção, que pode recorrer ou não, é de 47 dias, sendo o tempo de excelência fixado em 20 dias. O Tempo Médio de Revisão de Benefícios (TMRB), referente a média de dias de todos os benefícios feitos no mês, está em 204 dias, pois as revisões ficaram paradas devido a prioridade do atendimento as agendas. A Sra. Vera Luzia questiona se é a APS que faz a revisão e Adriane responde afirmativamente e, se houver discordância da revisão, a pessoa entra com recurso. O Tempo Médio de Cumprimento de Demandas Judiciais (TMCDJ) que é medida em dias, desde a data de chegada da decisão judicial está em 03 dias. O Tempo Médio de Decisão de Recurso Administrativo (TMCDR), que mede a data que o recurso chegou favorável, até a data de cumprimento da decisão está em 02 dias. Quanto as demandas do

Monitoramento Operacional de Benefício (MOB) Adriane pondera que o ano iniciou com 1137 processos e hoje são 132, sendo que este ano houve demanda do TCU sobre os benefícios assistenciais. A Sra. Vera Luzia e Dra. Luciana questionam se há informação para outros órgãos acerca das denúncias e Adriane explica que não, pois até o momento não houve nenhuma orientação nesse sentido, portanto, restringe-se ao benefício. A Sra. Jaqueline e o Sr. Evangelista também questionam sobre as demandas, como vem? Quem encaminha? Adriane explica que as denúncias podem partir de ouvidoria, do próprio INSS, ou relatórios, como nesse caso do TCU, mas que esta meta é especificada pela Direção Central. A Dra. Luciana questiona sobre a contratação temporária de médicos peritos, sendo que a Sra. Kátia explica que desde de janeiro de 2014 a Gerência tem empreendido esforços nesse sentido. Sendo realizada nota de credenciamento para Jaraguá do Sul, Joinville Guanabara e Joinville Centro. A nota foi aprovada, orçamento previsto, porém o despacho do diretor da Seção Saúde do Trabalhador não foi favorável e o edital não foi lançado. Sobretudo, durante o ano, com exonerações e afastamentos prolongados, o quadro piorou e hoje em todas as APS, exceto São Bento do Sul, faz-se necessária a nota de credenciamento. Vera Luzia, pondera sobre a ACP se não seria melhor caso fosse de 90 dias. Dayse acrescenta que o Ministério Público foi justo em exigir o atendimento a população, mas que a medida é paliativa e que se deve continuar pensando em uma solução para o caso. A Dra. Luciana entende que o Ministério Público atentou para a situação do segurado, mas culminou por “estrangular” o INSS e Adriane acrescenta que se deve também considerar a questão do gasto público. O Sr. Davet observa que Joinville embora seja a maior cidade do Estado e concentre o maior PIB, ele não percebe uma preocupação maior dos políticos representantes do município e que o discurso da mídia tem sido em torno da arena de futebol, e mesmo não desconsiderando a importância do estádio, entende que é prioritário olhar com mais respeito a população de Joinville. Dayse lembra que isso repercute no atendimento das agências, pois a população se volta contra os servidores, pois são estes que atendem as pessoas no dia a dia e estão na linha de frente. Luciana questiona sobre as metas apresentadas, se precisam ser inferiores a cada ano e Adriane esclarece que pode haver uma meta “pior”, ou seja, inferior, desde que tenha uma justificativa. O Sr. Evangelista questiona se não se corre o risco das metas sempre irem piorando e se há dados da população economicamente ativa e o que representa para o Estado hoje “jogar dinheiro pelo ralo”, se isso não terá implicações futuras para a Previdência, pois tem aumentado o número de pessoas idosas em detrimento ao número de jovens no mercado formal de trabalho, que teme que com o tempo a Previdência Social, não consiga ser solidária e sustentável. Dayse pondera que a ACP nos atuais moldes acaba contribuindo pra esse esvaziamento pelo ralo, pois percebe que acabou se tem tratado como regra algo que deveria ser transitório e Adriane acrescenta que a Instituição viu a ACP como “salvador da pátria”, o que não vem ocorrendo. O Sr. José Pedro lembra da responsabilidade das empresas frente aos trabalhadores adoecidos e/ou acidentados, pois dentro de uma empresa pode haver

várias funções para o trabalhador, desde que adequadas as condições, porém as empresas não remanejam e não se responsabilizam, e tudo acaba sendo encaminhado ao INSS, e ele entende que deve haver uma maior consciência das empresas nesse sentido. O Sr. Evangelista pergunta sobre a possibilidade de uma APS em Araquari, conforme discutido em outras ocasiões, e Dayse relata que a discussão está parada, sem previsão de se retomar a questão. Além disso, o terreno ofertado pelo município não era apropriado e a informação atual é de que em 2015 serão privilegiadas reformas e não construções. Finalizando sua fala, Adriane informa que para 2015 o Plano de Ação está em construção, sendo previsto fase inicial nas APS, as quais encaminham as GEX, que por sua vez encaminham para a Superintendência, a qual encaminha para a Direção Central. Após esse tramite, assina-se um termo de compromisso a ser cumprido por todos. A Gerente Executiva, Sra. Káthia pondera que essa metodologia se revela importante e é positiva, pois constitui-se num instrumento gerencial e um direcionador das ações. Por fim, a Sra. Vera Lucia socializa sobre a Portaria nº 36, de 11 de Novembro de 2014, que institui o ambiente virtual de participação social, que é o Participa.br. Sugere ainda que as reuniões do próximo ano iniciem em fevereiro, o que foi aceito de consenso entre os presentes. Quanto a pauta, decidiu-se com os conselheiros que quando houver em Janeiro o encaminhamento do cronograma das reuniões do próximo ano, se encaminhe sugestões de pauta, sendo uma delas a apresentação da página da Previdência Social de maneira mais detalhada.

VII – ENCERRAMENTO

Sem mais nada a tratar, encerra-se a 59ª reunião ordinária do Conselho de Previdência Social da Gerência Executiva de Joinville. Para constar, eu, Vera Lucia Batista dos Santos, lavrei a presente ata.

Joinville/SC, 27 de Novembro de 2014.

Sra. Káthia Maria Moreira Braga_
Presidente do CPS- GEX/JVL/SC